

O TRABALHO PT

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 889 - de 1 a 16 de setembro de 2021



CHEGA!

de fome de desemprego
de famílias sem casa
de ameaças de golpe

ÀS RUAS! CHEGA DE BOLSONARO E SEUS GENERAIS!

JUVENTUDE

JR do PT realiza
Plenária Nacional

pág.2

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA

Grupos de base
preparam o 7 de setembro

pág.5

LUTA DE CLASSE

Servidores seguem em luta
contra a PEC 32

pág.7

INTERNACIONAL

Afganistão

págs.11 e 12

Vamos construir nosso futuro

Plenária Nacional da JR do PT se prepara nas lutas

Das periferias das grandes cidades ao interior do país, diariamente milhões de jovens saem de suas casas em busca de um futuro digno. Procuram estudar e trabalhar, perseguem oportunidades usando toda a sua criatividade. Mas, a crise atual está fechando cada vez mais a porta. Tornou-se insustentável o desemprego, a carestia de alimentos e moradia, a falta de acesso à educação de qualidade, a violência policial contra jovens negros. Essa crise tem nome:

é o governo de Bolsonaro que serve o sistema capitalista, que só tem fome e miséria para oferecer.

Por isso milhares de jovens foram às ruas para derrubar esse governo genocida, atropelando aquela ideia de “ficar em casa”. Chega! Fora Bolsonaro e seus generais! Lutar é a única forma de sair dessa crise. É nesse espírito, e indo onde a juventude está, que a JR do PT prepara sua Plenária Nacional em 11 de setembro mobilizando seus núcleos

(www.juventuderevolucao.com.br).

Nas atividades, vários jovens chegam compartilhando suas demandas, trazendo o sentimento da luta coletiva para encontrar uma saída. Como se pode ver abaixo, como é o caso da luta em defesa do ensino médio numa escola em Volta Redonda (RJ), da panfletagem na porta de escola no Gama (DF) no momento de volta às aulas presenciais, na luta por empregos e direitos e contra o genocídio de jovens negros.

Cansados de esperar, decididos e dispostos a lutar agora sem esperar outra eleição num sistema apodrecido que cada vez mais age como obstáculo às suas demandas políticas e reivindicativas. O caminho é por aí. Só as lutas organizadas podem construir um futuro digno. Como diz o poeta “são sementes espalhadas nesse chão, são vidas que alimentam o nosso fogo da esperança. E vamos à luta!”.

Katrina

Na porta das escolas defendendo o direito ao ensino

“Precisamos lutar porque o governo nos ameaça todos os dias”

Desde a retomada das aulas presenciais no DF, o núcleo Gama decidiu ir à porta das escolas panfletar, dialogar e ajudar a organizar a luta em defesa do direito ao ensino de qualidade. Uma estudante disse que “essas lutas são importantes pra manter todos na escola, estou sentindo falta de vários colegas que abandonaram no ensino remoto e ainda não voltaram pra sala”. São milhares nessa situação, não dá para aceitar isso, a volta presencial é necessária.

No Centro de Ensino Médio (CEM 02) do Gama um grupo de estudantes relatou dificuldade de chegar à escola por falta de transporte público, o que exige reivindicar melhorias como disse um aluno “a oferta da linha de ônibus onde moro é escassa, o ônibus passa lotado, fico mais inseguro de me contaminar no transporte do que na própria escola. É necessário aumentar os horários, já que as aulas voltaram”. No CEM 404 da Santa Maria a demanda relatada é o uniforme obrigatório que custa 35 reais. Como se vê, tem luta a se fazer. Maria Eduarda, da JR do PT DF, disse que “é importante estarmos na porta das escolas. Tem muito estudante que carrega

reclamações, mas não sabe o que fazer, que é possível resolver esses problemas que decorre do sucateamento da educação. Precisamos lutar porque o governo nos ameaça todos os dias”.



Marcela

Não aceitamos escolher entre emprego e direito

“Na área em que eu trabalho, que é o Call center, tem muitos jovens. Eles passam de uma empresa para a outra, todas na área de call cen-

ter, porque é um dos poucos lugares que o jovem ainda tem certa facilidade de conseguir emprego. Porém, em muitos locais as condições de trabalho, remuneração e benefícios são tão ruins ao ponto de hoje, em 2021, o salário ainda estar na faixa de 900 reais. A MP 1045 é mais um ataque. Precisamos organizar a juventude, explicando como essas medidas nos atingem”, disse Marcela, da JR de Uberlândia/MG e operadora de telemarketing. Esta dura situação pode piorar caso o Congresso aprove

a Medida Provisória 1045. São os podres poderes a serviço do capital! Ainda tem dirigente, como alguns da UNE e de outras organizações jovens, que acham possível uma saída com estes exploradores. Um grave erro. Só a força do povo trabalhador e da juventude nas ruas pode abrir uma saída nesta crise. Essa MP reduz salários e cria modalidades de trabalho precário para jovens com jornada reduzida, sem carteira assinada, nem férias, 13º ou FGTS. Imagine como seriam os call centers! “Não aceitamos ter que escolher entre ter emprego ou ter direitos, queremos emprego digno e de qualidade! Está na hora de unir os jovens para barrar essa MP que reduz salários e super explora a juventude” disseram Analu (DF) e Márcia Damke (RS). Apoiadíssimas!

Chega de genocídio de jovens negros

No Atlas da violência, recém-publicado, os negros têm mais que o dobro de chance de serem assassinados e representam 77% das vítimas de homicídio. Os números da violência policial aumentaram ainda mais durante a pandemia enquanto o número de crimes diminuiu. Uma



Matheus Mascarenhas

das maiores taxas de genocídio da juventude negra no país está na Bahia: mais de 90% dos assassinados pela Polícia Militar são negros. Matheus Mascarenhas, da JR de Salvador

(BA), disse que “essa realidade sangrenta tem que acabar. Como denunciou uma atleta olímpica do Rio ‘preto não pode nem andar de táxi’. Isso tem a ver com a política genocida de Bolsonaro e seus generais, temos que derrubá-los nas ruas. Aqui em Salvador dezenas de jovens petistas cobraram do governador Rui Costa (PT) o fim do genocídio da juventude negra quando o bairro do Nordeste de Amaralina foi ocupado pelas polícias. E, vamos continuar lutando, sem tréguas. Não precisamos pedir autorização de ninguém pra dizer ‘chega de genocídio de jovens negros’ e ‘não acabou, tem que acabar, eu quero o fim da política militar’”.

Kris

Prefeito mentiroso!

Não ao fechamento do ensino médio em Volta Redonda

O prefeito de Volta Redonda (RJ) Neto (DEM) decidiu fechar as turmas de ensino médio da Fundação Educacional de Volta Redonda (FEVRE) alegando que não é responsabilidade do município e economizaria milhões de reais. O erro na legislação não justifica outro. E, a conta do prefeito não bate, pois o gasto no FEVRE é menos de um

milhão com o ensino médio. Onde economizaria milhões? O núcleo da JR do PT na cidade exige a manutenção do ensino médio, pauta que levaram à audiência pública convocada pela Câmara para discutir o assunto. Keka, da JR afirmou que “não aceitamos esse ataque! A secretária de educação veio na audiência pra falar que vai economizar para investir



JR do PT presente na audiência da Câmara Municipal de Volta Redonda

mais no ensino fundamental. Uma mentira! Volta Redonda não paga o piso do professor, não tem plano

de cargo e carreiras, as salas sempre tiveram problemas nas estruturas, nunca se preocuparam com a educação de qualidade e, agora, querem acabar com ensino médio alegando preocupação com o fundamental? É mentiroso!

A JR vai continuar o combate contra essa proposta”.

Jeffei

O que está em jogo no 7 de setembro

49,6 milhões de brasileiros, em julho, sofriam de “insegurança alimentar moderada ou grave”, ou seja, fome no Brasil, segundo Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). 14,6 milhões estavam desempregados no segundo trimestre, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além dos 30 milhões de subempregados. Em julho ainda, o reajuste salarial médio foi de 7,6%, abaixo da inflação acumulada de 9,2%, segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

O que faz o governo? Crueldade: em agosto, o presidente propôs 0% de reajuste real no salário mínimo no Orçamento de 2022. E após a alta acumulada de 20,1% na energia elétrica residencial, anunciou para 1º de setembro novo ajuste médio de 6,8%.

O aprofundamento de tudo isso por mais um ano e meio, ou não, passa pelos atos de 7 de setembro por Fora Bolsonaro.

Sim, porque pode não parecer, mas o presidente Bolsonaro governa, e para várias medidas e emendas constitucionais tem apoio no Congresso Nacional nos partidos da direita, tanto do centrão como da dita “terceira via”: ele privatiza a Eletrobras, reduz os direitos trabalhistas, encaminha a privatização dos Correios, e faz tramitar o desmonte da demarcação das terras indígenas.

O presidente dirige a bicicleta da entrega

ao patronato e ao capital internacional – se parar ele cai! – enquanto segue a sua sina desde a eleição: o intento de impor o seu poder e o da “família”, apoiada nos generais e oficiais policiais, por cima dos demais poderes podres da República, com aplausos de bolsonaristas e “religiosos”.

No momento, o choque maior é com o poder judiciário que só quer limitá-lo, mas deu na inédita crise aberta nas instituições.

Foi aonde ele chegou, após dois anos e meio, explorando a pandemia como faz a

ABREVIAR O SOFRIMENTO DO POVO PASSA PELOS ATOS DIA 7: FORA BOLSONARO

maioria dos governos do mundo que tentam “passar a boiada”, aqui graças à tibieza da oposição institucional, no âmbito político e jurídico.

Ele segue em ameaças cada vez mais desatemperadas, e divide a classe dominante que nem para publicar um manifesto pela “reaproximação dos poderes”, a Fiesp (a indústria) e a Febraban (os bancos), se põem de acordo, quando ele de fato convoca contra a ordem constitucional, invadindo o 7 de

Setembro da nação. A mesma ordem que a dita “terceira via” do governador Dória (PSDB) pisoteia ao proibir o ato Fora Bolsonaro em 7 de setembro.

Mas os atos foram mantidos pelos organizadores país afora, e em SP com o aval de um juiz de 1ª instância ao qual o governador e a PM tiveram que se conformar. Essa é a situação!

Que a “terceira via”, sem força própria de rua, tenha mais medo da mobilização do povo, do que do bando de Bolsonaro no dia 7 de setembro se compreende – até porque a elite nunca foi em atos Fora Bolsonaro. Mas que sejam “contrários” a estes atos nessa data os setores do PSB como o deputado Marcelo Freixo, a pretexto de evitar violências, como setores do PSOL paulista e o PCdoB como partido (Valor 01/09/21), isso é um grave erro. Recuar nesse momento é pavimentar a estrada do golpismo e cavar a própria sepultura.

O legado histórico põe nas mãos do PT nesta hora a grande responsabilidade de não apenas manter, como está mantendo a convocatória para o 7 de setembro, mas de engajar todas suas forças e lideranças nessa mobilização.

O Diálogo e Ação Petista mais uma vez assume as suas responsabilidades e estará com suas colunas nas ruas, no dia 7, na luta para pôr para fora Bolsonaro.

NOTAS

Salário: maior perda real em um ano

Julho foi o pior mês, dos últimos 12, para os trabalhadores nas negociações salariais, e não há perspectiva de um cenário favorável nem para o início do ano que vem, aponta o Boletim Saliômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Com um reajuste médio de 7,6% em julho, mas com inflação acumulada em 9,2%, houve perda real nos salários de 1,6%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação para famílias com renda entre 1 e 5 salários mínimos, mostra que quem ganha menos sente mais com aumentos de preços em despesas domésticas, como alimentação e energia.

O grupo de despesas com alimentação em casa acumula alta de preços de 16,4%, segundo o IBGE. Outra despesa que disparou foi a energia elétrica residencial, que acumula alta de 20,09%.

As negociações de categorias com data-base em julho não foram as primeiras a resultar em uma média negativa – janeiro, março e abril já haviam sido de perdas –, até chegar no encolhimento recorde de julho.

Quase seis a cada dez acordos e convenções fechados no mês passado terminaram com percentuais

menores do que o INPC. E projeções dos bancos Itaú, Unibanco e Santander indicam um INPC crescente até setembro, quando deve passar de 10%.

Pobreza cresce em 24 estados

E a expectativa entre economistas é que os níveis de pobreza se mantenham acima do verificado antes da Covid-19.

As altas mais fortes foram nos estados do nordeste e nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Entre o primeiro trimestre de 2019 e janeiro deste ano, o nível de pobreza cresceu em 24 das 27 unidades da federação, segundo estudo do economista Daniel Duque, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Em São Paulo a parcela de população pobre subiu de 13,8% em 2019 para 19,7% em 2021. No Rio, ultrapassou um quinto da população, passando de 16,9% para 23,8%. Nos três únicos estados em que não houve aumento do indicador, os pobres já representavam mais de 30% da população: Acre (46,4%), Pará (45,9%) e Tocantins (35,7%). Na média, a população pobre no Brasil passou de 25,2% do total no primeiro trimestre de 2019 para 29,5% em janeiro deste ano.

Memória

EXILADO NA EUROPA, MANOEL DA CONCEIÇÃO FALA A OT

Através desta entrevista ao correspondente de O Trabalho em Paris, Manoel da Conceição fala das lutas operárias no país, fala de anistia e liberdades democráticas (...). “É preciso se organizar visando uma Central Única dos Trabalhadores, que só pode ser organizada a partir de um congresso sindical do conjunto dos trabalhadores que tenham essa nova visão de um sindicalismo novo, autêntico e autônomo, independente do Estado. (...) A classe tem que viver a construção de seu partido, que vai começar a se organizar e se estruturar a partir da base, integrado com esse movimento de massa que hoje se desenvolve no Brasil”.

O Trabalho nº 3 – 20/6/1978

Nota da redação: Manoel da Conceição, histórico militante contra a ditadura, fundador do PT e da CUT, faleceu no dia 18 de agosto, aos 86 anos de idade.



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Diagramação: Paulo Henrique

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Lula com direitos políticos viaja ao Nordeste

Hora das fotos, chegará a hora dos fatos

Dia 27 Lula terminou o giro de 15 dias pelo Nordeste, visitando Pernambuco, Piauí, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. Como no Rio, há dois meses, a sua comitiva tinha uma agenda de reuniões restritas, a pretexto da pandemia. A maior parte com parlamentares e autoridades, algumas com movimentos sociais, mas tudo fechado.

Um dia Lula disse que não era “irresponsável” de chamar o povo a sair a atos de rua (que estão ocorrendo), noutra ocasião ele disse que ia “colocar o povo no Orçamento e os ricos no Imposto de renda”. Uma no cravo, outra na ferradura.

É notável a quantidade de reuniões



Lula se encontra com Tasso Jereissati em Fortaleza

com líderes locais de partidos de direita, os da 3ª via nacional – MDB, PSDB e outros – como alguns da base aliada de Bolsonaro, tipo o PP do líder do centrão e chefe da Casa Civil, além do PDT e do PSB de Pernambuco, onde o PT é oposição, e,

é claro, o PCdoB e o PSOL.

Não se condena conversas em si, a direção diz que foi procurada pelos partidos que querem falar com Lula que recuperou seu direito de disputar a presidência, e lidera largamente as pesquisas na região; não transpiraram acordos concretos. Mas dirigentes do PT já querem ver aí a foto do palanque de Lula no 1º turno de 2022, os mais afoitos vêm até apoio a adversários do PT que lançaria a metade das candidaturas a governador.

O momento de definições chegará rápido. Porque a crise criada por Bolsonaro delimitou muito antes de outubro de 2022, aqueles que marcharam com o povo na rua pelo

Fora Bolsonaro – nem o centrão nem a 3ª via marcham aí -, e porque a pauta legislativa opõe ambos - a base e a 3ª via -, contra o PT e seus reais aliados, nas questões programáticas da reforma administrativa, da privatização dos Correios, das terras indígenas e da redução dos direitos trabalhistas.

Chegará a hora de saber qual é o programa de Lula para governar, saber se se pode impor à base alianças tão esdrúxulas - inclusive, se todos os candidatos parlamentares estão dispostos a se arriscar à liquidação! -, e saber se os tais aliados estão aí tão amplamente. Por enquanto são fotos, chegará a hora dos fatos.

Markus Sokol

No Ceará faltou falar à militância

Sindicalistas entregam carta a Lula

Lula teve seu primeiro compromisso com o governador Camilo Santana (PT) que acena apoio a Ciro Gomes (PDT), como já fez em 2018. No sábado, visitou com ele o Complexo Portuário do Pecém, depois teve encontro com lideranças sociais e culturais convidadas. Participou de reunião restrita à Executiva do PT, parlamentares e prefeitos. Também se reuniu com Tasso Jereissati, senador do PSDB, Eunício Oliveira, do MDB, golpistas de 2016, Cid Gomes, senador do PDT, e com o PSOL.

O que ressalta na agenda é a falta de qualquer contato de Lula com a militância petista.

“PT lá, PT cá, queremos disputar a eleição no Ceará”. Com este coro, o Diálogo e Ação Petista de Fortaleza

foi à porta da reunião de Lula com os movimentos sociais. Militantes de base, como o Coletivo de Mulheres Trairi, se juntaram. A ação do DAP e de outros foi em resposta à iniciativa, sem qualquer discussão nas instâncias, pela imprensa, por manter a aliança com o PDT, dois palanques no Estado, um Ciro e outro Lula. Inaceitável!

O DAP levou também pirulitos pela revogação das contrarreformas Temer-Bolsonaro. Roberto Luque, membro do DAP e coordenador do Sintsef, participou da entrega a Lula de um manifesto da CUT, CONDSEF, ADUFC e outras pela revogação destas contrarreformas.

Eudes Baima

Bahia: agenda inclui jantar com líderes do PSD e PP

A agenda contou com atividades restritas, com movimento negro e sociais, partidos, sindicatos e entrevistas. Houve também um jantar no Palácio de Ondina, residência do governador, que incluiu no cardápio o PSD do senador Otto Alencar e o PP do vice-governador João Leão.

Os discursos de Lula seguiram um script no qual exaltou o legado e criticou a operação Lava Jato. Chegou a falar “pare de privatizar, iremos rever algumas dessas coisas” e, instigado por dirigentes do Sincotelba (sindicato dos trabalhadores dos correios) com apoio de Marize Carvalho do Dap Salvador e da executiva nacional da CUT, afirmou que “privatizar não é saída para salvar a empresa”.

As centrais sindicais, através da presidenta da CUT Leninha, entregaram uma carta a Lula que o ponto alto é o “fim da agenda privatista”. Na atividade com os movimentos sociais, a militante do Dap, Marize, ao gritar “fora Bolsonaro e seus generais” foi interpelada por outros dirigentes, ouvindo de alguns que não podia gritar palavras de ordem contra Bolsonaro. E, isso foi o grande ausente da visita de Lula, não só da fala dele, mas dos vários oradores. Enquanto isso, do lado de fora da Assembleia Legislativa o dejetado bolsonarista, deputado estadual Capitão Alden (PSL) e seus seguranças, provocavam a militância.

O clima é tenso, as ruas anunciam novos acirramentos, não se pode desconsiderar. Mas, Lula não incentivou atos de rua, pelo contrário. O governador Rui Costa disse que é preciso “pacificar e unir os diferentes”, e o senador Jaques Wagner defendeu a “capacidade de conciliação”. No estado governado há 15 anos pelo PT e com a militância com certa expectativa, seria a oportunidade de reafirmar a luta pelo fim do governo e suas medidas neste exato momento.

Lula inocentado em 17 processos

Apesar de decisões inapeláveis, imprensa manipula acusações

Foi rejeitado no dia 21, pela Justiça Federal de Brasília, o pedido de reabertura da ação contra Lula relativa ao sítio de Atibaia. A juíza Pollyanna Alves afirma que o Ministério Público Federal, autor do pedido, não apresentou elementos que a levassem sequer a aceitar o reinício do processo.

Com essa decisão, são 17 casos contra Lula onde ficou provada a sua inocência. Enquanto tramitavam, esses processos foram amplamente comentados pela imprensa para se

associar o nome de Lula a crimes. Mas, quando a Justiça rejeita o seu conteúdo, a cobertura é bem discreta. E prossegue a manipulação.

Editoriais inconformados

Mais nervosos do que o normal, porque não conseguem encontrar a “terceira via” para derrotar Lula, os jornalões não disfarçam a exasperação.

A Folha de S. Paulo faz extensa matéria “Ex-presidente Lula ainda responde a série de casos na Justiça”,

mas em todos os processos citados Lula foi inocentado ou nem é acusado.

No site do PT, a defesa de Lula rebateu ponto por ponto as mentiras.

Editoriais da Folha e de O Globo expressam a inconformidade por não terem conseguido eliminar Lula da vida política. Para o jornal paulista, não basta Lula ter sido considerado inocente nos processos, pois “os eleitores não disporão de um veredito da Justiça a respeito de suas relações com empreiteiras que fizeram

negócios lícitos e ilícitos com seu governo” (FSP, 26/8). Quer dizer que o veredito só vale se for para condená-lo?

O britânico Financial Times (26/8), ligado ao mercado financeiro, é outro preocupado. Em matéria que apresenta os candidatos que tentam se viabilizar a “terceira via”, lamenta: “O movimento, no entanto, ainda carece de uma única estrela emergente para unificar os apoiadores”.

Cláudio Soares

7 DE SETEMBRO: DERROTAR O GENOCIDA NAS RUAS

Os grupos de base do DAP são chamados a organizar sua participação

Companheiras e companheiros do DAP, neste dia 7 de setembro, todos nós temos um compromisso com a democracia, com os direitos dos trabalhadores e do povo e com a soberania nacional: voltar a ocupar as ruas de todo o Brasil, em mais uma jornada de luta contra o governo genocida de Bolsonaro e seus generais.

Só a classe trabalhadora e a juventude, nas ruas, com as suas

bandeiras, pode dar uma solução para a crise cada vez maior que o país atravessa. Desde o 1º de Maio, as manifestações apontam o único caminho.

Os grupos de base do DAP têm neste momento uma grande responsabilidade: incentivar essa luta e apresentar perspectivas de uma saída política para o país.

Por isso, nós nos dirigimos aos

grupos de base: vamos nos organizar para ter uma presença marcante nas manifestações de 7 de setembro. Teremos um panfleto do DAP para o dia, que será enviado aos estados. Formar nossas colunas, com faixas, pirulitos, som próprio. Providenciar transporte para os militantes. E indicar, com nossas palavras de ordem, nossos cartazes, uma saída, que para nós é a Assembleia Constituinte

Soberana, para dar voz ao povo e reconstruir a Nação.

Com toda a responsabilidade, vamos nos prevenir contra as provocações de bandos bolsonaristas e das polícias. Tomaremos todos os cuidados com nossa segurança, mas não vamos nos deixar intimidar.

Todos às ruas neste 7 de setembro!

**Comitê Nacional do
Diálogo e Ação Petista**

ORGANIZAR A LUTA

Faixas, som e panfletos nas colunas do DAP

ODAP deverá ter uma presença expressiva nas manifestações de 7 de setembro. Mas isso exige preparação. Em várias cidades do país, os grupos de base do DAP participaram das panfletagens do dia 18 de agosto, ou promoveram atividades próprias de mobilização.

É importante que o DAP tenha suas



Reunião do DAP em Maracanã, na Grande Fortaleza.

faixas, pirulitos e som próprio, e forme suas colunas. Um panfleto nacional

deverá ser enviado aos estados. Devemos também providenciar o transporte para os militantes que tiverem dificuldade no feriado.

Diante das prováveis provocações dos bolsonaristas (sem esquecer as próprias polícias), os grupos de base devem organizar sua segurança e instruir todos para não caírem em provocações.



Panfletagem do DAP em estação de metrô em Recife.

APOIO AOS TRABALHADORES DOS CORREIOS

DAP da Vila Maria faz panfletagem contra privatização

Ogrupo de base do DAP da Vila Maria (capital paulista) aprovou, em reunião no dia 16 de agosto, um apoio à luta dos trabalhadores dos Correios contra a privatização e em defesa dos direitos. O panfleto foi escrito e distribuído no CTO (depósito de carga nacional que distribui para as zonas Norte e Leste de São Paulo), e no CDD (centro de distribuição de

cartas e encomendas na região de Vila Maria, Parque Novo Mundo e Vila Sabrina).

A distribuição do panfleto de apoio do DAP teve boa receptividade, conta Maurício Pereira da Silva, trabalhador do CDD e delegado do SINTECTSP (Sindicato dos Correios de São Paulo): "Estamos sofrendo com as ameaças da empresa todos os dias,



Panfletagem do DAP Vila Maria em apoio aos trabalhadores dos Correios

a privatização, a retirada de direitos. Os trabalhadores acharam "show de bola", enviamos nos zap dos familiares, amigos para ajudar na luta. Ficamos supercontentes com o

apoio através da panfletagem, enviei para os delegados sindicais e para o presidente do sindicato, que distribuiu para os demais sindicatos. Toda ajuda é boa, os Correios são um bem público e temos que defender, muitos falam besteira, mas os trabalhadores dos Correios estão juntos com o PT".

Correspondente

CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE

DAP faz arrecadação para ajudar militantes haitianos

OComitê Nacional do DAP decidiu somar-se à campanha do Comitê Internacional de Ligação e Intercâmbio (CILI) de solidariedade aos companheiros e companheiras de organizações haitianas, respondendo ao apelo feito por esses companheiros em 18 de agosto, após o terremoto do dia 14, que foi seguido por um furacão.

A solidariedade internacional é parte do patrimônio do DAP, o qual, durante os anos de ocupação militar do Haiti pela ONU (2004-2017), comandada por generais brasileiros que hoje estão no governo Bolsonaro, fez campanha pela retirada das tropas

com a palavra de ordem "Defender a soberania do Haiti é defender a nós mesmos".

Conclamamos todas e todos militantes e grupos de base do DAP a engajar-se na arrecadação de fundos que serão enviados às organizações irmãs- Central Nacional Operária do Haiti (CNOHA) e Movimento pela Liberdade e Igualdade dos Haitianos (Moleghaf) – para que acudam seus membros e familiares atingidos pelo terremoto. Toda contribuição, ainda que modesta, será bem recebida e pedimos também aos companheiros e companheiras que busquem ampliar

a arrecadação junto a seus contatos e entidades das quais participam.

Foi criada uma conta específica para receber as contribuições do SOS Haiti, na qual devem ser depositados os valores arrecadados. Uma primeira contribuição de R\$ 500,00 já foi feita a partir da tesouraria nacional do DAP. Mãos à obra, companheiras e companheiros.

"A tragédia que se abate sobre o Haiti não é produto da natureza, ela é consequência de anos de ocupação de vários países e exploração de seu povo que ousou lutar contra a escravidão. A solidariedade de classe é

um elemento que pode ajudar os trabalhadores haitianos a abrirem uma saída nesta situação tão dura". (Marcelo Carlini, dirigente da CUT/RS e do Sintrajufe, militante do DAP.)

**CONTA PARA
CONTRIBUIÇÕES**

BANCO ITAU

Agência: 0500

Conta: 005680534-4

Em nome de Paulo Farias

(CPF: 469.415.410-91)

Chave pix: alves.farias13@gmail.com

38 anos depois, o que ocorre com a CUT?

Criada para a luta de classe, ela se enreda hoje no “Fórum das Centrais”

O final de agosto foi marcado por duas datas históricas: os 40 anos da Conclat (ver OT 887) e os 38 anos de fundação da CUT. O aniversário da CUT em 28 de agosto quase passou em branco. Uma “live” da CUT Nacional registrou a data, mas seu conteúdo foi uma sucessão de “parabéns” de partidos, movimentos e das outras centrais. Em sua fala, seu presidente Sérgio Nobre centrou na eleição de Lula em 2022, depois de mencionar ataques do governo aos trabalhadores, e concluiu convocando os atos “Fora Bolsonaro” de 7 de setembro. Nada que lembrasse o que distingue a CUT, sua origem e princípios.

Dias antes, em 24 de agosto, Nobre e dirigentes da Força, UGT, CTB e Nova Central atenderam ao convite do ministro Onyx Lorenzoni, do recriado Ministério do Trabalho, para uma reunião. Nela, o ministro defendeu a MP 1045 e disse querer abrir “um canal de diálogo”. Ora, que diálogo é possível com o governo Bolsonaro que promove as PEC-32 e a MP 1045 que liquidam direitos de trabalhadores dos setores público e privado?

Qual o papel do Fórum das Centrais?

No “Fórum Permanente das Centrais Sindicais” as cúpulas adotam propostas com base no consenso e agem como se fossem o “estado

maior” do sindicalismo. Muitas vezes a direção da CUT foi pega de surpresa com decisões desse Fórum, como a sua “agenda legislativa” que, dentre seus pontos, propõe a criação de uma Comissão de todos os poderes (o que inclui Bolsonaro!), com a participação da “sociedade civil” (logo das centrais sindicais), para enfrentar a crise econômica e sanitária.

Tal Fórum já levou solidariedade a Dória (SP), vai aos presidentes da Câmara e Senado, reúne-se com bancadas de partidos, numa busca de “diálogo” com as instituições podres e em crise, sem abrir a via para a mobilização das bases sindicais para barrar os ataques do governo e da maioria do Congresso aos direitos, salários e empregos.

Resgatar as melhores tradições da CUT

Foi contra o sindicalismo de cúpula, voltado para o “diálogo institucional” e não para a luta de classe, que a CUT nasceu há 38 anos. Hoje ela está enredada num “fórum permanente” com os herdeiros dos pelegos que tudo fizeram para impedir a sua criação e, ao não conseguir, deram origem a outras centrais.

A unidade de ação é necessária para lutar por reivindicações comuns, sem dúvida. O que é inaceitável é a submissão da CUT ao consenso com dirigentes de outras centrais



Dirigentes das centrais em reunião com Onyx, dia 24 de agosto

num “fórum permanente”. Ainda mais com uma agenda institucional questionável e nenhum apetite para a mobilização de suas próprias bases.

Em 31 de agosto o Fórum das Centrais reuniu-se e informou que em conversa com Pacheco, presidente do Senado, sobre a MP 1045, ele “se sensibilizou em relação a tirar os jabutis, mas não pretende deixar caducar” e “orientando” a fazer pressão nos senadores “pela impugnação ou deixar caducar”. Sobre a PEC 32, chama as organizações do setor público – que estão buscando mobilizar as suas bases para paralisações e greves – a “fazer o trabalho junto aos parlamentares”. Em seguida segue com

sua “agenda legislativa”, como se o país não estivesse numa crise aguda, e meio a ameaças golpistas de Bolsonaro. Sem citar nomes, o Fórum também informa que “algumas centrais não convocarão as suas bases para o 7 de setembro”.

Está mais do que na hora da CUT se livrar da camisa de força do “Fórum das Centrais”, retomar a ação nas bases e nas ruas, preparar paralisações para barrar a MP 1045 e a PEC-32, reunir as condições para uma greve geral que encurrale o governo Bolsonaro e a maioria reacionária do Congresso, resgatando as suas origens e trajetória de luta.

Julio Turra

Plenárias estaduais da CUT

Nelas são eleitas delegações para a Plenária Nacional de outubro

As plenárias estaduais da CUT começaram em 13 de agosto (AC, SE e PR), com novas rodadas nos dias 20 e 21 (MT, RJ) e ao redor de 28 de agosto, data do 38º aniversário da CUT (MG, RO, BA, CE, RN, ES, MA, PB, PI, SP e DF). Os demais estados as realizam até 5 de setembro.

Em todas elas foi feita a convocação para a mobilização das bases cutistas para os atos de 7 de setembro por “Fora Bolsonaro”, levantando a luta para barrar, através da mobilização, a PEC-32 da reforma administrativa e a MP 1045 da “mini-reforma trabalhista”.

Sendo virtuais, as plenárias dificultaram os debates e a presença de delegados e delegadas das entidades filiadas foi baixo em relação a plenárias anteriores.

O agrupamento “Em defesa da CUT Independente e de Luta” (CIL) participou de vários delas, tendo suas

emendas aprovadas por consenso ou com mais de 20% dos votos, para apreciação na Plenária Nacional (PlenCUT).

Discussões e emendas

Na maior delas, em São Paulo, houve cerca de 350 delegados. Foi uma sucessão de mesas, sem intervenção do plenário, além de falas das forças que compõem a Executiva nacional da central. Apenas no Plano de Lutas abriu-se a inscrição para delegado/as. Decidiu-se jogar toda a força no ato no Vale do Anhangabaú, que o governador Dória quis proibir (uma liminar de um juiz o garantiu). Dentre as emendas apresentadas pela CIL, houve votação de uma delas, pois houve destaque da força majoritária (ArtSind): sobre o Fórum das Centrais, sua relação com a PEC 196 sobre estrutura sindical (que hoje hiberna no Congresso). A emenda, após falas a favor e contra,

foi a voto e obteve 30%, sendo remetida à PlenCUT.

Na Plenária do DF participaram 279 delegados. A CIL apresentou e aprovou nove emendas/resoluções, aprovando a do Fórum das Centrais. No Mato Grosso apenas três sindicatos participaram da plenária, com 200 delegados, todas as emendas foram remetidas para a Plencut.

No nordeste destacamos as plenárias da Bahia e Ceará, ambas adotaram as emendas da CIL, além de resoluções específicas de apoio a luta dos trabalhadores. Já em Minas Gerais foram 131 delegados inscritos. Houve debate de emendas no ponto Organização Sindical e as emendas da CIL foram adotadas. Uma emenda da CSD que falava de “economia feminista” foi questionada, mas obteve quórum para ir à Plencut (o mesmo havia ocorrido em São Paulo).

No seu conjunto, a discussão nas

plenárias estaduais ficou aquém do que a gravidade da situação política do país e da classe trabalhadora em particular exigem.

Houve pouca discussão dos temas e das emendas (na maioria dos casos estas foram remetidas para a Plencut por acordo entre as forças), a maioria delas no tema da “organização sindical”. Os debates de conjuntura, sem participação dos delegados via de regra, jogavam a solução para a eleição de Lula em 2022, quando a luta é agora para terminar com o governo Bolsonaro.

É preciso engrossar os atos de 7 de setembro por Fora Bolsonaro com as bases sindicais, as mesmas que devem ser mobilizadas para paralisações contra os ataques do governo Bolsonaro, buscando criar as condições para uma greve geral. Esse é o papel central da CUT.

João B. Gomes

Entidades afirmam: “Só a derrota da PEC 32 interessa!”

Substitutivo da proposta de reforma administrativa piora ainda mais o texto original



São Paulo 18 de agosto: ato contra a reforma administrativa

Na imprensa, no dia 1 de setembro, grandes manchetes tomaram conta dos jornais anunciando a garantia de estabilidade para os atuais servidores públicos e o respeito a “direitos adquiridos”. Todas têm o único objetivo de arrefecer um movimento real de resistência que se desenvolve e passar a ideia de que nada precisa ser feito.

Contudo, a realidade é outra. O substitutivo da reforma administrativa apresentado pelo deputado Arthur Maia (DEM/BA), na tarde do dia 31 de agosto, não só reafirma problemas do projeto como a terceirização e “voucherização” de serviços públicos, como saúde e educação, mas ainda prevê a redução de salários em 25% e a demissão de servidores em caso de extinção de

cargos considerados desnecessários ou obsoletos.

Para os que ingressaram antes da promulgação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional), servidores de cargos extintos seriam colocados em disponibilidade recebendo salário proporcional ao tempo de serviço, como nos tempos de Collor de Mello nos anos 90.

O texto prevê ainda o ingresso no serviço público sem concurso ou estabilidade para contratos temporários por 10 anos abrindo as portas para apadrinhados políticos e para esquemas de corrupção organizados muitas vezes pela via das Organizações Sociais (OSs).

A mobilização do dia 18 de agosto, realizada em numerosas cidades do país, mostrou o caminho para

engajar todos os servidores e a população – a maior vítima do projeto – na luta pela derrota da PEC, combate que se liga à necessidade de dar fim ao governo Bolsonaro o quanto antes.

Calendário de votação e mobilização

Em diversos estados campanhas com outdoors, rádios e jornais tem repercutido entre os deputados. Contudo, a mobilização presencial é insubstituível. A CNTE, Condsef, CNTSS, Confetam e Fenasepe, entidades de servidores dos três níveis, todas ligadas à CUT, se engajaram

na convocação dos atos do dia 7 de setembro, chamados em todo o país. As centrais replicaram a mesma agenda.

Além disso, as entidades já marcaram atos de pressão no dia 11 de setembro na casa ou locais de trabalho dos deputados federais, e um Dia Nacional de Luta para o dia 14, com atividades nos municípios, nos estados e em Brasília. O relator do projeto pretende colocar em votação no Plenário na semana do dia 13 de setembro enquanto costuram uma tramitação acelerada no Senado.

Marcelo Carlini

GOVERNO CRIA MONITORAMENTO COM CORTE AUTOMÁTICO DE PONTO

Enquanto o governo tenta aprovar a reforma administrativa a toque de caixa no Congresso, uma Instrução Normativa do Ministério da Economia determinou a implementação de um sistema de monitoramento de paralisações no setor público federal.

Pelo texto, os órgãos federais do executivo devem informar o governo, em sistema online, a ocorrência de greve para que haja imediato desconto de remuneração. Esta medida é um ataque ao direito de greve e torna o corte de ponto um princípio.

Além disso, a norma determina que a greve seja registrada nos assentos funcionais dos servidores. Ou seja, se por um lado o governo já prepara o fim da estabilidade dos servidores atuais e futuros na PEC 32 por “insuficiência de desempenho”, por outro ele prepara o registro das paralisações como instrumento de punição dos servidores. Esta medida mais um passo na escalada autoritária do governo Bolsonaro.

Volta às aulas em MG: “greve sanitária” é derrotada

DAP propõe luta por reivindicações concretas

Foi encerrada, em 17 de agosto, sob ameaça de multa, a chamada “greve sanitária”, convocada pelo Sindute, que representa professores em Minas.

Para o sindicato, a “greve pela vida” consistia em não trabalhar presencialmente, mas seguir em trabalho remoto até o fim da pandemia.

Sem organizar a categoria para exigir condições sanitárias para um retorno seguro, a direção do sindicato apostou numa tática defensiva que não mobilizou os educadores.

Desde o início da pandemia até a metade de 2021, uma liminar conseguida pelo Sindute impedia o governo Zema (Novo) de orientar a volta às aulas sem garantir as condições sanitárias, o que ele nunca fez. Neste tempo, no entanto, o sindicato não realizou uma única assembleia geral para lutar por medidas

concretas neste sentido.

Quando a liminar caiu, no início de julho, a direção do Sindute decretou a “greve sanitária”, sem sequer reunir os trabalhadores em assembleia, tomando a decisão no conselho geral da entidade. A assembleia que referendou a decisão aconteceu apenas três semanas depois.

Direção do sindicato não vota proposta

Militantes do Diálogo e Ação Petista impulsionaram uma carta que propunha uma luta concreta por reivindicações, como o avanço da vacinação, testagem em massa da comunidade escolar, ampliação do quadro de professores e funcionários e adequações físicas.

Na carta eles afirmavam que “ao apontar este caminho (greve sanitária sem pauta concreta de reivindicações), acabamos por deixar o

governo numa posição confortável, sem pressioná-lo para implementar as medidas que deveriam ter sido adotadas meses atrás (...)”. Eles propunham uma greve total nas cidades em que houvesse um retorno inseguro, desligando os computadores. A carta recebeu dezenas de adesões, mas a direção do sindicato se recusou submeter as propostas a voto.

Agora, os trabalhadores da educação do estado se veem confrontados a um retorno desorganizado e inseguro em diversos municípios que já haviam autorizado a volta às aulas. A direção do Sindute se limita a “denunciar contaminações e mortes”, sem combater para evitar as contaminações e mortes. É essa luta que os professores do DAP procuram agora organizar, escola por escola.

Thiago Carvalho

ÚLTIMA HORA

MP 1045 é derrotada no Senado

Com 47 votos contrários e 27 favoráveis, o Senado, rejeitou, na noite desta quarta-feira (1/09) a Medida Provisória 1045 da minirreforma trabalhista. A MP, originalmente recriava o programa de redução de jornada de trabalho e salário, já nociva ao trabalhador. Ela foi recheada na Câmara com vários “jabutis”, artigos que mudavam a CLT. A votação no Senado a rejeitou de conjunto os jabutis e a árvore. Não deixarão saudades.

Governo ataca direitos das mulheres

Verba prevista para políticas de proteção não é aplicada

O governo Bolsonaro deixou de aplicar quase R\$ 400 milhões no combate à violência, incentivo à autonomia e saúde feminina, segundo levantamento do Instituto AzMina. O valor corresponde a um terço de todas as verbas que foram previstas para as políticas para mulheres entre janeiro 2019 e julho de 2021.

Neste período, o orçamento da União previa R\$ 1,1 bilhão de verbas carimbadas para 10 áreas do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e do Ministério da Saúde. Parte desse valor simplesmente não foi utilizado neste sentido, e voltou ao caixa central ou foi destinado a emendas parlamentares.

Segundo AzMina, os dois principais programas que deixaram de receber, na prática, os investimentos foram as Casas da Mulher Brasileira e a Rede Cegonha.

Para as Casas da Mulher Brasileira, que são responsáveis pela criação de estruturas para vítimas de violência doméstica, foram gastos apenas R\$ 1 milhão dos quase R\$ 115 milhões disponíveis. Já a Rede Cegonha, que trata do planejamento reprodutivo e atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, recebeu R\$ 182 milhões dos R\$ 270 milhões autorizados.

Aborto legal

Enquanto isso, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, segue na cruzada ideológica contra um direito garantido em lei às mulheres – o direito à realização do aborto no SUS nos casos de estupro, risco à vida da gestante ou feto com anencefalia (uma má formação do cérebro incompatível com a vida extra-uterina).

Ele havia homologado, em 3 de

agosto, uma resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) dois anos antes, em 23 de agosto de 2019. Com a grita bolsonarista, ele revogou a portaria dois dias depois.

O CNS é uma instância deliberativa do Sistema Único de Saúde (SUS), e o documento aborda uma amplitude de temas relacionados aos SUS, aos direitos de seus usuários e à democracia. Não cria nenhuma situação nova em relação ao aborto, que é citado três vezes no texto.

A primeira, como o último ponto de 73 propostas, só sob o tema “Saúde como Direito”, falava apenas em “garantir o direito ao aborto legal, assegurando a assistência integral e humanizada à mulher”. Outra proposta fala em “inclusão da Saúde Bucal na equipe mínima da Estratégia Saúde da Família”, para dar um exemplo.

As outras duas são moções, uma

reivindicativa e outra apelativa, aprovadas (com o voto contrário do Governo Federal, segundo Queiroga) pela maioria do plenário do CNS, o qual é composto por representantes de usuários, trabalhadores, gestores do SUS e empresários. O colegiado publicou nota reafirmando a resolução, registrando que ela é a conclusão da 16ª Conferência Nacional de Saúde.

Este é mais um capítulo no combate do bolsonarismo ao direito legal ao aborto – o qual, registremos, já é muito aquém do que o necessário – como quando contraindicou o procedimento através de telemedicina (O Trabalho nº 887).

É urgente encarar esses ataques e organizar a defesa do aborto legal, além de retomar o debate com a sociedade sobre a legalização do aborto em qualquer caso.

Priscilla Chandretti

Indígenas se mobilizam contra “marco temporal”

Acampados em Brasília lutam contra ataques aos seus direitos

Um grande acampamento com mais de 6 mil indígenas começou em 22 de agosto em protesto contra o “marco temporal” e pela demarcação das terras indígenas. O acampamento é composto por representantes de 170 etnias de todo o país.

O movimento luta pela demarcação de 303 territórios indígenas que estão em processo de homologação. Reprimidos pela PM, enfrentam também decisão de 19 de agosto da 14ª Vara Federal do Distrito Federal que proibiu o uso de suas tradicionais flechas nas manifestações. Além disso, autorizou a PM a fazer “vistorias” periódicas no seu acampamento.

Em julgamento no STF

A manifestação coincide com o



Plenária no acampamento em Brasília promovida pelos indígenas contra marco temporal

início do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 26 de agosto, do chamado “marco temporal”. O dispositivo determina que os índios só poderão ter terras demarcadas se comprovarem que eles a ocupavam antes de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.

O debate sobre o tema começou no STF em 2009. Naquele ano, a corte decidiu que os indígenas tinham

direito à terra da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, uma das maiores do Brasil. O entendimento foi que eles já habitavam o local antes de 1988 e tinham direito a continuar vivendo ali, em vez de serem desterrados por fazendeiros.

Porém em 2013, o famigerado TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) - o mesmo que concordou com o julgamento fraudulento de Moro contra Lula - inventou a tese do “marco temporal”. Isto é, se uma comunidade indígena não puder provar que estava em um território antes de 1988 ela não pode ter direito à terra. Invertendo a lógica da decisão de 2009. Baseado nisso, eles decidiram pelo desterro dos Ibirama LaKlãnõ de suas terras em Santa Catarina para que uma madeira

pudesse devastar a área em paz.

Os índios entraram com recurso e desde então o processo está estagnado no STF. Em 2019 Alexandre de Moraes, ministro do STF, decidiu que se o marco temporal for avalizado no caso dos Ibirama LaKlãnõ, ele valerá para todas as outras disputas. São ao todo 82 processos em andamento no país todo.

O Congresso tenta legalizar o “marco temporal” mudando a própria legislação. Arthur Lira, amigo do peito dos latifundiários, prepara a votação do Projeto de Lei nº 490. Se aprovado o entendimento do “marco temporal” passará a ter uma lei. Dessa forma retirando o direito à demarcação de terras conforme ela vinha sendo aplicada até hoje.

Cristiano Junta

OS dispensa médicos

Dispensas foram em UTIs de Cajamar e Franco da Rocha - SP

A partir de denúncias recebidas, o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) questionou as prefeituras de Cajamar e Franco da Rocha e o Governo do Estado de São Paulo a respeito das dispensas já ocorridas e da ameaça de “dispensa em massa” de todos os intensivistas das UTIs do Hospital Municipal Enfermeiro Antônio Policarpo de Oliveira e do Hospital Estadual Dr. Albano de Franca Rocha Sobrinho.

Os dois são administrados pela Organização Social de Saúde (OSS) Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” (Cejam).

A justificativa dada aos médicos foi a troca de quarteirizada que os contrata via Pessoa Jurídica (PJ), a empresa Sólida Saúde – Integralidade Médica.

Segundo consta na denúncia, esses médicos trabalham nos locais como “sócios minoritários”, sendo

obrigados a assinar 1% da empresa quarteirizada. Porém, sem nenhuma participação real nas decisões em qualquer âmbito.

Consta também a ocorrência da substituição deles por profissionais sem experiência e/ou especialização, fora de normativa da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 7 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que exige formação para atuação em Terapias

Intensivas.

Diretores do sindicato farão visitas às unidades e, diante da completa desregulamentação que representa a pejetização, o Simesp reivindica, além da suspensão das dispensas e a manutenção das equipes de intensivistas, a regularização das contratações por meio de contrato formal via CLT.

Tiago Maciel

Não há diálogo com Bolsonaro

Única saída é a luta para derrubá-lo

O governo Bolsonaro segue fabricando tentativas de mini-golpes quase diariamente. Ele prepara as condições para pisotear de vez o que resta de democracia no país. No mês de agosto, ele e seus generais multiplicaram atropelos a normas legais, afrontando o judiciário, parlamentares e governadores. Tudo isso enquanto segue aprovando e implementando ataques aos trabalhadores no Congresso.

O general Heleno, disse que “as Forças Armadas (FFAA) podem ser usadas contra ‘abusos’ do Judiciário”. E enfatizou que discorda “das considerações que (ministros do STF) fazem do artigo 142 da Constituição”. Tal artigo - herança da Ditadura, que o impôs à Constituinte de 1988 - atribui às FFAA o papel de “garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de quaisquer destes, da lei e da ordem”.

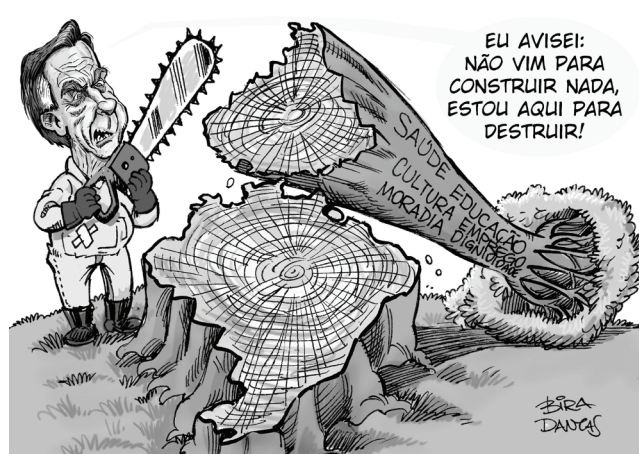
Bolsonaristas alegam que, como as FFAA estão subordinadas ao presidente este poderia convocá-las para intervir nos demais poderes (Legislativo e Judiciário). Heleno insiste que elas, sendo “um poder moderador, para moderar uma situação de crise entre os poderes” podem sim

dar o golpe, “usando o 142 quando necessário... É uma intervenção que acontece pela necessidade de manter a tranquilidade do país. E pode acontecer em qualquer lugar”.

Natureza golpista e autoritária

Enquanto isso, Bolsonaro segue repetindo ataques e acusações sem provas contra o sistema de voto eletrônico. Pede o impeachment de membros do STF por iniciarem processos de investigação de seus filhos e aliados. Ataca também governadores, a quem atribui a culpa pela crise, enquanto finge que a dramática situação econômica, social e sanitária nada teria a ver com ele. Incita e mobiliza sua base nas Polícias Militares a insubordinarem-se contra os governadores e a apoiá-lo em sua sanha golpista.

Que o bolsonarismo multiplique ataques e atitudes ilegais, já se esperava - é de sua natureza. O que ressalta, contudo, é a leniência das demais instituições: do Congresso ao Judiciário, passando pelos governadores, a própria grande mídia e as entidades empresariais. Todos reclamam aqui e ali - mas, na hora de agir e punir o governo por suas



múltiplas delinquências, preferem passar o pano.

Complacência das instituições

O presidente da Câmara, atual e anterior, segue sentado em cima de centenas de pedidos de impeachment. Segue também aprovando a agenda governista de ataques aos serviços públicos, meio ambiente e direitos trabalhistas. Fux, presidente do STF, já tentou três vezes, junto com Pacheco, presidente do Senado, realizar uma reunião entre os três poderes visando “buscar consensos, buscar convergir” com o chefe do Executivo.

Mas Bolsonaro segue dando

bananas a seus pares do Judiciário e Legislativo ao cancelar todas as tentativas de reunião. Mesmo desdenhado pelo presidente, Fux ainda segue alegando que “apesar do cancelamento da reunião, o diálogo com os Poderes nunca foi interrompido”.

Também constrangedora é a atitude dos governadores. Por iniciativa do governador do Piauí, Wellington Dias (do PT - o que é mais constrangedor ainda), o Fórum dos Governadores decidiu também pedir uma reunião com Bolsonaro, para “harmonizar a relação entre os Poderes... para criar um ambiente de confiança que permita atração de investimentos...” Mas Bolsonaro também desdenhou tal iniciativa, rejeitando participar da proposta generosa e conciliadora.

Não há diálogo com Bolsonaro. A não ser que seja definitivamente derrubado pela ação do povo nas ruas, ele seguirá preparando o golpe final.

Alberto Handfas

Obrigaçã da vacinação no serviço público e punições?

Prefeitos ameaçam até com demissões e estabelecem passe vacina

Ricardo Nunes (MDB), prefeito de São Paulo, publicou decreto em Diário Oficial do município, aplicando a obrigatoriedade da vacina a todos servidores, funcionários de autarquias, fundações e também da administração indireta. Apenas quem apresentar causa médica poderá se isentar. O servidor que se recusar poderá ser punido de acordo com a Lei 8.989 de 1979, que fala de repreensão, suspensão e até demissão.

Com texto semelhante, a prefeitura do Rio de Janeiro tornou obrigatória também a vacinação para os servidores. Eduardo Paes (DEM), publicou no diário oficial dia 18 de agosto um decreto impondo aos servidores sanções se houver recusa. A adoção da obrigatoriedade teve como justificativa “o princípio da precaução e a necessidade de conter a disseminação da covid-19, de garantir o adequado funcionamento dos serviços de saúde, da preservação da saúde pública e dos serviços públicos em geral”.

Um Projeto de Lei, do Dep. Fausto Pinto (PP-SP) tramita, desde ano passado no Congresso Nacional. O PL obriga todos os servidores e agentes públicos da União, estados e municípios a se vacinarem contra a covid-19. A justificativa também é a manutenção dos serviços públicos, garantindo o retorno dos servidores às atividades presenciais.

Obrigatoriedade e demissão

De acordo com essa imposição, se o trabalhador do serviço público direto ou indireto não se vacinar, ele poderá ser punido. Inclusive o servidor concursado se submeterá a possibilidade de ter retaliações, suspensões e ser exonerado.

Uma primeira demissão publicada foi de uma auxiliar de limpeza terceirizada em um hospital infantil em São Caetano do Sul - SP, que recusou a imunização duas vezes. A Justiça do Trabalho inclusive confirmou sua demissão em segunda instância. Sua dispensa foi dada por justa causa em seu local de trabalho e o judiciário

irá se utilizar dessa decisão para processos futuros.

Passe vacina?

Vimos no mundo o comprovante de vacina ser utilizado para autorizar viagens, idas a ambientes públicos como restaurantes, e volta a atividades presenciais.

A vacinação se mostrou eficaz em um melhor controle da gravidade pandemia, isso é certo. Mas a doença continua com sua transmissão mesmo nos vacinados! E essa transmissão pode gerar as variantes tão temidas.

O que representa a obrigatoriedade de vacinação com a abertura para a punição evoluindo até exoneração de trabalhadores concursados, em um momento aonde a estabilidade é questionada com revisões dos vínculos através da Reforma Administrativa - PEC 32- em tramitação no congresso?

Será a melhor estratégia a obrigatoriedade da vacinação com a possibilidade de demissão de trabalhadores,

incidindo inclusive os precarizados terceirizados? Lembremos que estes são o montante predominante nos serviços públicos de saúde entregues às Organizações Sociais no Rio de Janeiro e em São Paulo. A disponibilidade da vacina no programa de imunização, e o seu uso como estratégia de saúde pública no enfrentamento ao coronavírus, junto a outras estratégias como a testagem, são vitais para o controle da pandemia.

O convencimento da classe trabalhadora da necessidade e direito a vacina e de políticas públicas adequadas no enfrentamento a pandemia deve ser feito com educação e informação, previstas nas políticas de saúde pública. A possibilidade de demissão, exoneração e perseguição não podem ser um braço do nosso direito à saúde!

O uso do passe vacina para transitar, empregar e para punir a classe trabalhadora deve ser repudiado e encarado como armadilha nesse momento.

Juliana Salles

Situação segue instável no Peru

Pressões se multiplicam contra Castillo e seu governo

Em 26 de agosto milhares de manifestantes cercaram o Congresso em Lima para exigir a aprovação do gabinete (ministério) encabeçado por Guido Bellido, indicado pelo presidente Pedro Castillo. Apesar de muitas abstenções, os parlamentares, sob pressão, deram o “voto de confiança”.

Isso não quer dizer que acabaram as pressões e provocações contra o novo governo por parte da direita, do empresariado e da grande mídia. O chanceler – ministro das relações exteriores – nomeado por Castillo, Hector Béjar, durou poucos dias no cargo, após dar declarações de que a Marinha tinha cometido atos terroristas no passado.



Manifestantes exigem voto de confiança no gabinete de Castillo

O “terrorismo” é o mote das perseguições judiciais e policiais a dirigentes e parlamentares do Peru Livre, partido do presidente e de Bellido, buscando ligá-los a atividades do extinto grupo Sendero Luminoso. Ao

mesmo tempo, os monopólios que controlam a produção de itens como farinha, óleo, gás, aumentam os preços para provocar descontentamento e jogar a culpa no governo.

Plebiscito por uma Constituinte

Bellido na apresentação do programa de governo em 26 de agosto não mencionou a palavra Assembleia Constituinte. Ao mesmo tempo parlamentares e dirigentes do Peru Livre adotaram a iniciativa de recolher dois milhões de assinaturas por um Plebiscito que obrigue a convocação de uma Constituinte.

Os militantes agrupados em torno do jornal “El Trabajo”, – abraçaram essa campanha como ponto de apoio

para a auto-organização do povo trabalhador.

A partir das posições sindicais que ocupam, eles também exigem da CGTP, central sindical, que se some a essa campanha, como decidiu a sua plenária nacional de delegados, pois até o momento a direção da central figura entre os membros de uma “frente em defesa da democracia e da governabilidade” que é omissa sobre a atual Constituição, herdada de um auto-golpe de Fujimori com apoio militar em 1993, cuja vigência impede que Castillo cumpra com os compromissos e promessas feitas ao longo de sua campanha.

Correspondente

Na Venezuela, oposição participará das eleições

Negociações em curso no México sob pano de fundo de crise

O governo de Nicolás Maduro e a oposição seguem negociação neste início de setembro, depois da rodada realizada na Cidade do México em agosto, mediada pelo governo da Noruega. Foi adotado um memorando de entendimento que estabelece: direitos políticos para todos, garantias eleitorais, cronograma eleitoral e observadores; levantamento das sanções, restauração de direitos a ativos; respeito ao Estado Constitucional de Direito, convivência política e social, renúncia à violência; proteção da economia nacional e da seguridade social; garantias de verificação do que foi acordado.

Em 31 de agosto, a oposição agrupada na Plataforma Unitária, aonde estão os principais partidos e organizações da oposição, incluído o setor ligado a Guaidó, comunicou que participará nas eleições regionais e municipais em 21 de novembro, com o registro da Mesa da Unidade Democrática (MUD), como resultado dos acordos feitos no México.

Os acordos e negociações não são apenas eleitorais, mas também acomodações para a abertura econômica que o governo avança, com a qual a oposição está de acordo. Também tratam de temas políticos, incluindo os acordos com os EUA. O imperialismo pretende retomar o seu papel

hegemônico, agora com Biden, que declarou estar disposto a revisar as sanções à Venezuela.

Reunião da CAIT

Em 23 de agosto reuniu-se a Coordenação Nacional Autônoma e independente de trabalhadores (CAIT) para avaliar a nova situação.

Concluimos que, de alguma forma, a negociação e os diálogos no México constituem uma derrota do golpismo e da operação Guaidó. E também dos EUA, que sofre quebras em todas as frentes de sua política externa, para além das explosões sociais na América Latina. A burguesia venezuelana e suas organizações foram obrigadas

a reconhecer o governo Maduro que o povo elegeu.

A base dessa derrota do plano original do imperialismo está na resistência do povo trabalhador. Um triunfo parcial que custou muito, pois o ataque à nação arrasou nossa economia. Um quadro de crise econômica e social potencializado pela crescente corrupção estatal e pelos terríveis efeitos da pandemia da Covid-19.

Derrotamos a direita apátrida, agora vamos ter que reconstruir o país. Sobre que base se dará essa reconstrução? É o que estamos discutindo na CAIT.

Alberto Salcedo, de Maracaibo

México: na perspectiva de uma explosão social?

Condições de vida deterioram e Obrador não atende reivindicações

Em 1º de agosto foi realizada, por proposta do governo Obrador, uma consulta sobre processar (por corrupção, crimes...) os últimos cinco presidentes da República (três do PRI e dois do PAN).

Seis milhões e meio (97,7% dos votantes) aprovaram submetê-los à Justiça. Entretanto, a porcentagem de participação foi de apenas 7,1%. A abstenção (92,9%) é sem precedentes.

A consulta ocorreu dois meses após as eleições nacionais “intermediárias” de deputados federais e de 15 governadores (de um total de 32), e as respectivas Câmaras de deputados locais.

Nestas eleições (4 de julho) houve um rechaço dos partidos históricos do velho regime (PRI-PAN perderam

11 dos 15 governos), mas também uma séria derrota de Morena (partido de Obrador) na Cidade do México e a perda de cinco milhões de votos em relação a 2018.

Há algumas semanas da consulta, López Obrador, diante da resistência dos professores de volta às aulas presenciais declarou: “faça chuva, trovões ou relâmpagos”, as aulas presenciais serão retomadas em 30 de agosto. A reação a esta declaração o obrigaram a recuar, deixando aos professores e pais de família a liberdade de decidir, o que aumentará o caos na educação.

Trabalhadores exigem mesa de negociação

Diante das demandas dos trabalhadores, o presidente adota cada vez

mais uma posição não só de rechaço, mas de denúncia dos dirigentes que as encabeçam.

O caso mais notório foi o dos professores organizados na Coordenadora Nacional de Trabalhadores de Educação (CNTE) que pediam a abertura de uma mesa de negociação para discutir a revogação da contrarreforma do governo de Peña Nieto (PRI). Obrador concedeu a reintegração de professores demitidos, mas manteve o fundamental da contrarreforma.

Em recente visita ao estado de Chiapas, centenas de trabalhadores da educação, saúde e outros setores fecharam a passagem do veículo de Obrador exigindo a mesa de negociação. Diante dos gritos dos trabalhadores “Venceremos, venceremos!”,

respondeu dizendo: “Nem Frena, nem CNTE, detém o presidente.” Mas a Frena é um agrupamento de extrema direita! Foi um grito calunioso e desesperado.

Este governo, “progressista”, quer manter o povo nos limites de seus “programas de bem-estar”, em uma situação em que a pandemia e a crise econômica aumentou os índices de pobreza e extrema pobreza de uma forma sem precedentes, ao que se soma mais de cinco milhões de novos desempregados.

Hoje foram centenas de professores, médicos e enfermeiros os que pediram atenção às suas reivindicações. Temos em perspectiva uma explosão social?

Correspondente

Afeganistão: o jogo das grandes potências e a origem dos talibãs

Desestabilização da Ásia Central é temor generalizado

A té hoje o Afeganistão é composto por várias etnias com diferentes idiomas. São quatro grupos principais: os pashtuns, que constituem 38% da população e que também estão presentes no vizinho Paquistão onde são 15%. Os tadjiques, que são 25% da população do Afeganistão e maioria no vizinho Tadjiquistão. Os hazaras que representam 19% e os uzbeques, 6% no Afeganistão e maioria no Uzbequistão. Pashtuns, tadjiques e uzbeques são sunitas. Os hazaras, que falam dialeto persa, são xiitas e sempre foram oprimidos.

Por séculos o Afeganistão foi um lugar de passagem, parte da Rota da Seda. Montanhoso, íngreme, atrasado, era dominado por senhores da guerra que governavam apoiados em relações étnicas e tribais.

Além de lutarem entre si esses chefes locais combateram reinos indianos, persas, russos e os ingleses.

No fim do século XIX, em disputa com a Rússia pelo domínio da Ásia Central e para proteger o reino da Índia, sob seu controle, os britânicos criaram no Afeganistão um Estado-tampão.

Com a saída dos britânicos, no início do século XX, instaurou-se uma monarquia dita "modernizadora", mas foi incapaz de controlar os senhores da guerra. Assassinatos e golpes de estado marcaram a história do país.

Em 1973, um golpe de Estado derubou a monarquia e implantou a república. O novo governo procura equilibrar-se entre os Estados Unidos e a URSS. A burocracia do Kremlin apoia o Afeganistão contra o Paquistão, ponta de lança estadunidense na região.

Novo golpe de Estado, em 1978, leva o Partido Comunista Afegão ao poder. Apesar de sua liderança stalinista, subserviente à URSS, ele foi apoiado por moradores das regiões urbanas, jovens e trabalhadores que aspiravam à soberania nacional e a por fim à corrupção e aos chefes de guerra.

No governo, esse partido aplica uma política stalinista: impõe pela força a emancipação das mulheres e a coletivização das terras, causando revoltas camponesas. Stalinista, o regime denuncia essas revoltas como fundamentalistas, islâmicas, contrárias à modernidade e organiza a repressão maciça.

A resistência armada se desenvolve. Sob o patrocínio dos Estados Unidos, os serviços secretos do Paquistão armam e financiam esses



21 de agosto: Soldados estadunidenses no aeroporto de Cabul

movimentos dando-lhes um colorido islâmico e não o de uma revolta social e política.

A intervenção das tropas do Kremlin, em 1980

Em janeiro de 1980, diante da incapacidade de o governo afegão enfrentar a resistência, tropas da burocracia do Kremlin intervieram no Afeganistão.

A razão principal nem era ajudar o regime afegão, mas, sim, conter, com a aprovação tácita dos Estados Unidos, a revolução de 1979 no Irã, que derrubou o Xá e ameaçava toda a região. A burocracia stalinista se preocupava com as repúblicas soviéticas da Ásia Central, onde a população é predominantemente muçulmana.

Os Estados Unidos decidem, então, passar a um estágio superior. Com a ajuda dos serviços secretos paquistaneses, eles armam, supervisionam e treinam contra os soviéticos o que a imprensa, na época, chamava de mujahidines.

Os EUA pedem à Arábia Saudita ajuda financeira para o esforço de guerra. É assim que um membro de uma numerosa família saudita da nobreza, Bin Laden, contribui, em ligação com o Paquistão e os EUA, para financiar esses grupos de oposição.

Em 1989, a burocracia do Kremlin retirou-se do Afeganistão. O governo apoiado pelos soviéticos entrou em colapso, enquanto os diferentes grupos de mujahidines continuaram a lutar entre si.

Em abril de 1991, o comandante

tadjique Massoud, chefe da Aliança do Norte, entrou em Cabul. Após um acordo entre as várias facções guerrilheiras, o fundamentalista Hekmatyar, apoiado pelas milícias pashtun, se torna primeiro-ministro.

Em 1992, ele introduziu a lei sharia islâmica que impõe, por exemplo, o uso da burca para mulheres e proíbe músicas não religiosas nas rádios. Mas os diferentes chefes de clãs e tribos continuaram a lutar entre si, o país não foi unificado.

O Talibã (literalmente: estudantes de teologia) foi formado em 1994, sob liderança do mulá Omar que havia lutado contra os russos e era aliado de Bin Laden. Em 1996, o Talibã passou a controlar o Afeganistão e estabeleceu uma ordem repressiva e austera. Madeleine Albright, Secretária de Estado dos EUA, saudou essa ordem como "Um passo positivo".

Hilary Clinton confessa: A Al-Qaeda e o Talibã, somos nós!

Em 11 de setembro de 2001, para vingar os ataques às torres gêmeas em Nova York, os Estados Unidos atacaram o Afeganistão, de onde operava a Al-Qaeda e onde se refugiava seu líder, Bin Laden. Ele havia passado de colaborador dos estadunidenses e paquistaneses, na guerra contra os russos, a terrorista procurado.

Em outubro de 2001, as tropas estadunidenses entram no Afeganistão, derrubam o regime Talibã e Bin Laden foge para o Paquistão.

Numa audiência do Congresso dos EUA, em 2009, Hillary Clinton, Secretária de Estado do governo

Obama, confessou: "A Al-Qaeda e o Talibã, fomos nós que criamos. As pessoas que combatemos hoje foram financiadas por nós há vinte anos. Fizemos isso porque estávamos empenhados na luta contra a União Soviética. O presidente Reagan, em acordo com o Congresso liderado pelos democratas, disse: 'vamos negociar com o ISI' (serviço militar secreto paquistanês, NdT) e os militares paquistaneses recrutaram esses mujahidines. Os soviéticos se retiraram, perderam bilhões de dólares e isso levou ao colapso da União Soviética." Está aí a origem do Talibã.

China, Rússia e Irã em 2021

Agora, na crise da retirada dos EUA, esses três países mantiveram abertas suas embaixadas em Cabul, reconhecendo de fato o regime do Talibã.

No contexto da brutal decadência da liderança do imperialismo estadunidense, essas potências jogam sua cartada. Mas não só. China e Rússia também ambicionam as riquezas minerais do Afeganistão.

Outra razão, para a China, é a questão da minoria muçulmana uigur que luta nas tropas do Talibã, mas é severamente reprimida pela burocracia de Pequim. Até agora o Talibã apoiou os muçulmanos na China, mas parece que se costura um acordo para que deixem de apoiar os uigures.

Para Putin, a questão é da mesma natureza. Alegando o risco de infiltração terrorista, ele foi contra a proposta dos EUA e União Europeia de acomodar refugiados afegãos nas antigas repúblicas da ex-URSS na Ásia Central. Mas o medo real de Putin é que uma situação de crise se abra na região com consequências diretas para a Rússia.

O Irã, que já hospeda milhões de afegãos e divide uma fronteira de mais de 900 quilômetros com o Afeganistão, preocupa-se com o trânsito da produção de papoula (ópio) em seu território, ainda mais quando está em campanha contra o tráfico de drogas.

Também há temores no Irã sobre o possível ressurgimento no Afeganistão de movimentos jihadistas filiados ao grupo do Estado Islâmico.

China, Rússia e Irã preocupam-se com a formação de um califado sunita no Afeganistão que desestabilizaria toda a região com consequências globais.

(Extraído do jornal francês Informations Ouvrières. Segue na pag.12)

O que vem depois da saída dos EUA de Cabul

A crise do imperialismo e a nova situação

Em 30 de agosto, depois de 20 anos de ocupação, o último soldado estadunidense deixou o Afeganistão.

A imprensa comparou a evacuação do aeroporto de Cabul com a fuga dos estadunidenses do Vietnã, em 1975.

Não é a mesma coisa. No Vietnã, um povo se levantou, combateu por décadas e expulsou o imperialismo em ligação com a mobilização de milhões dentro dos próprios EUA que exigiam a volta dos soldados para casa.

No Afeganistão são os próprios líderes do imperialismo que decidiram abandonar o regime fantoche que mantiveram pelas armas desde a invasão do país, em resposta aos ataques às Torres Gêmeas de 11 de setembro de 2001.

Desde 2010, o imperialismo estadunidense negociava com os líderes talibãs no Catar, onde estavam luxuosamente instalados.

Em fevereiro de 2020, foi assinado um acordo que previa para 31 de maio de 2021 a retirada completa das tropas dos EUA em troca de os talibãs não mais as atacarem. Meses depois, de comum acordo, a retirada foi adiada para 31 de agosto.

Os EUA haviam feito o mesmo no Iraque: saíram após terem destruído o país deixando-o entregue a gangues criminosas.

Como indica uma longa análise publicada pelo jornal Le Monde, “o desastre da retirada afegã não foi um raio em céu azul: o fiasco da invasão do Iraque em 2003, sua série de tragédias e o caos em que mergulhou permanentemente o Oriente Médio

parecem, em comparação, de consequências mais graves”.

Impotência do imperialismo dos EUA

A queda de Cabul é uma expressão da crise de todo o sistema de dominação imperialista mundial e do lugar do imperialismo estadunidense em escala global.

Os EUA estão obrigados a redobrar suas forças para preservar seus monopólios no enfrentamento à concorrência, em particular com a China, num mercado mundial supersaturado. Também estão confrontados a uma resistência popular crescente dentro dos próprios EUA. Segundo o citado artigo do Le Monde, Biden “está deixando o Afeganistão para se concentrar em questões mais estratégicas, essencialmente a rivalidade com a China”.

A retirada voluntária das tropas do Afeganistão é o reconhecimento pelo próprio imperialismo de sua incapacidade para “estabilizar” o caos que ele provocou ao submeter o povo afegão, assim como a todos os povos do mundo, às necessidades de sobrevivência de um sistema que condena todos à miséria e à privação.

E agora?

Cabul caiu sem lutar, diante da indiferença geral de uma população exausta por décadas de guerra e domínio de grupos mafiosos.

Durante vinte anos, os EUA despejaram no Afeganistão 2 trilhões e 261 bilhões de dólares, ampliando a corrupção do regime enquanto a população era lançada na miséria: a parcela de afegãos vivendo abaixo



31 de agosto: Porta-voz dos talibãs, Zabihullah Mujahid, fala à imprensa no aeroporto de Cabul

da linha de pobreza passou de 37%, em 2007, para 55%, em 2020 (Banco Mundial).

A guerra matou 240 mil pessoas, destruiu aldeias inteiras e provocou a fuga de milhões de afegãos para o Paquistão, Irã e Turquia.

A “modernidade” do regime fantoche, alardeada pela mídia, só podia ser vista em relação à capital, Cabul. A maioria do povo vive em áreas rurais, montanhosas e isoladas, sem nenhuma ajuda do governo central, sobrevivendo do cultivo de papoula (ópio).

Essa parte conservadora da população não vê no Talibã nada contraditório com seu modo de vida. Obviamente, a reação não é a mesma para outra parcela, urbana, mais instruída, em particular as mulheres, que sabem muito bem o que significa o retorno dos talibãs.

Eles garantiram que serão tolerantes, não vão impor a burca nem proibir mulheres de ir à escola ou trabalhar. Mas isso é apenas a influência de seu novo patrocinador, o Qatar, que ensina os talibãs a apresentarem um verniz democrático para os ocidentais.

Peso grande para o imperialismo mais poderoso

Em 1971, os EUA desorganizaram todos os acordos globais firmados em 1944 quando anunciaram o fim da convertibilidade do dólar em ouro, tornando-o a moeda mundial. A partir daí, os EUA concentraram em si todas as contradições da economia capitalista.

Com a queda da URSS, em 1991, o imperialismo estadunidense teve que assumir também todas as tarefas políticas da contrarrevolução.

Os prazos estão se esgotando. O slogan de Biden, “América is back” (“A América está de volta”), foi expresso com brutalidade durante a cúpula da OTAN: os pedidos dos europeus para prolongar sua presença no Afeganistão foram secamente rejeitados pelos representantes dos EUA, indicando assim a verdadeira natureza das relações estabelecidas entre a União Europeia e os Estados Unidos.

A dominação imperialista semeia guerras, mortes, fome, milhões de migrantes, a destruição das conquistas da classe trabalhadora. Essa mesma dominação é a razão pela qual, desde 2019, desenvolvem-se processos revolucionários a noroeste da África, no Oriente Médio, na América Latina, na Ásia enquanto importantes movimentos de luta de classe varriam a Europa e Estados Unidos.

É preciso insistir: a situação no Afeganistão expressa a crise generalizada do sistema imperialista. Como diz o artigo do Le Monde, “o fim do ciclo de intervenções pós 11 de setembro não significa necessariamente a retirada dos Estados Unidos dos assuntos mundiais”. Em crise e agonizante, esse sistema pode e vai provocar novas desordens.

(Extraído do jornal francês Informations Ouvrières)

OS DIREITOS DAS MULHERES ALEGAS, UMA INSTRUMENTALIZAÇÃO PERMANENTE

Trechos de artigo do jornal online Mediapart

Usadas como pretexto pelas potências estrangeiras por quarenta anos, as mulheres alegas mais uma vez sofrerão com o Talibã, num país onde seus direitos já faziam água por todos os lados.

A “proteção” e a “libertação” das mulheres alegas fizeram parte dos argumentos invocados por todas as potências ocidentais para justificar a intervenção da OTAN no país, após os ataques de 11 de setembro nos EUA.

Hoje, muitas se sentem descartadas e ludibriadas. “A causa das mulheres alegas foi uma desculpa esfarrapada desde o início!”, Analisa Carol Mann, historiadora e socióloga, especializada na questão de gênero e de conflito armado.

Abandono escolar, aumento de casamentos forçados, violência doméstica, imolações e suicídios... Esse quadro grave, levantado em 2007 pela pesquisadora iraniana Elaheh Rostami-Povey, veio piorando.

“Há muito tempo as mulheres alegas são retratadas como passivas, à espera de libertação”, escreveu ela, em 2007. “Depois do ataque de 11 de setembro, Washington, apoiado por Londres, usou-as como argumento para bombardear o país. Milhares foram mortas sob um tapete de bombas. Hoje, como ontem, as mulheres se sentem alienadas diante do patriarcado, mas também por falta de segurança social e econômica.”

O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br